

## RECURSOS SOCIAIS E FINANCIAMENTO NAS CAMPANHAS DAS VEREADORAS ELEITAS NAS CAPITAIS BRASILEIRAS (2016 E 2020)

Diana Azeredo<sup>1</sup>  
Maria Lúcia Moritz<sup>2</sup>

**Resumo:** A desigualdade política no Brasil fica evidenciada pelos baixos percentuais de presença feminina nas esferas de poder, embora a exclusão seja vivenciada de forma distinta pelas mulheres. Nossa proposta metodológica para a análise dos dados é a quantitativa e tem como foco investigar gênero e raça, por entender que a raça é uma chave fundamental para compreender a dinâmica eleitoral e a sub-representação das negras. Adotamos a perspectiva comparada entre brancas e negras para estudar as vereadoras eleitas nas 26 capitais brasileiras em 2016 e 2020. Assim, selecionamos três variáveis mobilizadas para a conquista da vereança: financiamento público, escolaridade e patrimônio. Entre os principais resultados, verificamos assimetrias na quantidade de financiamento acessado e no patrimônio declarado pelas eleitas brancas e negras. A alta escolaridade é um ponto em comum entre elas. Dessa forma, buscamos contribuir com os estudos eleitorais no Brasil a partir da perspectiva interseccional.

**Palavras-chave:** gênero, raça, eleições municipais, vereadoras.

**Abstract:** Political inequality in Brazil is evidenced by the low percentages of female presence in spheres of power, although exclusion is experienced differently by women. Our methodological proposal for data analysis is quantitative and focuses on investigating gender and race, understanding that race is a fundamental key to understanding electoral dynamics and the underrepresentation of black women. We adopted a comparative perspective between white and black women to study the councilors elected in the 26 Brazilian capitals in 2016 and 2020. Thus, we selected three variables mobilized to win the councilorship: public funding, education and assets. Among the main results, we verified asymmetries in the amount of financing accessed and in the assets declared by white and black women voters. High level of education is a common point between them. In this way, we seek to contribute to electoral studies in Brazil from an intersectional perspective.

**Keywords:** gender, race, municipal elections, councilors.

---

<sup>1</sup> Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Unisc, mestra em Jornalismo pela UFSC, com bolsa Capes, e mestra em Ciência Política pela UFRGS. Atualmente, é doutoranda em Ciência Política pela UFRGS, com bolsa CNPq - Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5118-0046>. E-mail: [azeredo\\_diana@yahoo.com.br](mailto:azeredo_diana@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestra e doutora em Ciência Política pela UFRGS. É professora associada do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFRGS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3402-6543>. E-mail: [maluciamor@gmail.com](mailto:maluciamor@gmail.com)



**Resumen:** La desigualdad política en Brasil se evidencia en los bajos porcentajes de presencia femenina en las esferas de poder, aunque las mujeres experimentan la exclusión de manera diferente. Nuestra propuesta metodológica para el análisis de datos es cuantitativa y se centra en investigar el género y la raza, entendiendo que la raza es una clave fundamental para comprender la dinámica electoral y la subrepresentación de las mujeres negras. Adoptamos una perspectiva comparada entre mujeres blancas y negras para estudiar a las concejalas elegidas en las 26 capitales brasileñas en 2016 y 2020. Así, seleccionamos tres variables movilizadas para ganar la concejalía: financiación pública, educación y patrimonio. Entre los principales resultados, verificamos asimetrías en el monto de financiamiento accedido y en los activos declarados por las votantes blancas y negras. El alto nivel de educación es un punto común entre ellos. De esta manera, buscamos contribuir a los estudios electorales en Brasil desde una perspectiva interseccional.

**Palabras clave:** género, raza, elecciones municipales, concejalas

**Résumé:** L'inégalité politique au Brésil est mise en évidence par le faible pourcentage de présence féminine dans les sphères de pouvoir, même si l'exclusion est vécue différemment par les femmes. Notre proposition méthodologique pour l'analyse des données est quantitative et se concentre sur l'étude du genre et de la race, sachant que la race est une clé fondamentale pour comprendre la dynamique électorale et la sous-représentation des femmes noires. Nous avons adopté une perspective comparative entre femmes blanches et noires pour étudier les conseillers élus dans les 26 capitales brésiliennes en 2016 et 2020. Ainsi, nous avons sélectionné trois variables mobilisées pour remporter le poste de conseiller : le financement public, l'éducation et les actifs. Parmi les principaux résultats, nous avons vérifié les asymétries dans le montant des financements accédés et dans les actifs déclarés par les électrices blanches et noires. Un niveau d'éducation élevé est un point commun entre eux. De cette manière, nous cherchons à contribuer aux études électorales au Brésil dans une perspective intersectionnelle.

**Mots-clés:** sexe, race, élections municipales, conseillers.



## Introdução

A sub-representação política feminina persiste no Brasil, mesmo a lei de cotas já estando em vigor há 27 anos. Nessas quase três décadas, o acesso das mulheres a cargos eletivos vem evoluindo muito lentamente, especialmente na esfera parlamentar, onde elas ocupam apenas 17% das vagas do Congresso Nacional<sup>3</sup>. De acordo com o relatório atual da União Interparlamentar<sup>4</sup>, o Brasil ocupa a posição 133 entre 187 nações, um dos piores desempenhos do continente latino-americano. Os obstáculos enfrentados pelas mulheres que se dispõem a participar da vida política-partidária são muitos, desde barreiras institucionais (Araújo, 2009; Sacchet; Speck, 2012), tais como o tipo de sistema eleitoral, o formato do sistema partidário ou o modelo de financiamento de campanha, até entraves extrainstitucionais (Biroli, 2018; Nascimento, 1976). Entre eles, destaca-se a divisão sexual do trabalho, que impacta na falta de tempo livre e na menor chance de construção de redes de apoio - recursos importantes para quem deseja se lançar em disputas eleitorais. Nesta sociedade marcada por relações patriarcais, o espaço político foi construído como sendo de domínio masculino e a vida doméstica foi vinculada às mulheres (Miguel; Biroli, 2010). Reforçando as barreiras culturais, o ambiente político-partidário é intimidador às mulheres, inibindo-as no desenvolvimento de uma “ambição política” (Speck; Sacchet, 2012). Tal quesito é importante para quem entra em campanhas eleitorais, pois conforme reforçam Speck e Sacchet (2012, p. 168), “as mulheres seriam também educadas para uma vida menos autônoma e distante da cultura da ambição necessária para entrar na disputa política”.

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, é importante destacar que a sub-representação feminina é multicausal e as razões disso já foram bastante estudadas pela Ciência Política (Araújo, 2006; 2009; 2013; Miguel; Biroli, 2010; Moritz, 2021; Sacchet 2011; Moritz, Schulz; 2013; Speck; Sacchet, 2012). Entretanto, a dificuldade em acessar o campo da política institucional se dá de forma distinta entre as mulheres. Em que pese esse

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis no site da Câmara dos Deputados:

<https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/noticias/bancada-feminina-alcanca-91-deputadas-federais-1> Acesso em 7 set. 2023.

<sup>4</sup> Dados disponíveis em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=8&year=2023>. Acesso em 7 set. 2023.



segmento ser considerado uma “minoría política”, é sabido que esse grupo é heterogêneo e atravessado por marcadores sociais, onde a questão da raça é elemento central para entender a exclusão das mulheres negras das instâncias representativas. Essas mulheres são desfavorecidas economicamente, têm menos acesso ao ensino formal (Sotero, 2013), são mais atingidas pelo desemprego<sup>5</sup>, seu rendimento mensal é o mais baixo e desempenham funções mais precárias (Lima, 2018), resultando em sua maior vulnerabilidade social. Os eixos de opressão costumam se articular, provocando experiências específicas de exclusão entre mulheres brancas e negras (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2021). A especificidade das vivências é trazida para a disputa política e salienta a desvantagem das candidatas negras em uma campanha eleitoral. Para entender essa dinâmica e o impacto dos marcadores sociais (gênero e raça) na representação política brasileira, adotamos a perspectiva teórica interseccional. A partir da interseccionalidade, entendemos que determinadas características são indissociáveis e influenciam as relações de poder, restringindo acesso aos espaços decisórios para alguns grupos e facilitando para outros.

Nossa análise recai sobre a esfera municipal, especificamente, as vereadoras eleitas em 2016 e 2020 nas 26 capitais do país. Este recorte temporal se dá em função da mudança na regra do financiamento público de campanha. Em 2020, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou que as verbas do Fundo Partidário (FP) e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) deveriam ser divididas pelos partidos políticos proporcionalmente conforme o número de candidaturas negras. Esta “novidade” no regramento, entre uma eleição e outra, influenciou o resultado eleitoral de 2020. Nesse pleito foram eleitas 9.000 vereadoras nos 5.568 municípios brasileiros, destas, 40,5% eram mulheres negras. Porém, esse percentual diminui muito quando tomamos como foco apenas as capitais: em 2016<sup>6</sup>, as vereadoras brancas conquistaram 9% dos assentos nos Legislativos municipais, enquanto as representantes negras ocuparam 4% das vagas. Passados quatro

---

<sup>5</sup> Dados obtidos pela PNAD/IBGE e divulgados em:

<https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2023-05/desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negrosdiz-ibge#:~:text=No%20%C3%BAltimo%20trimestre%20de%202022,%2C8%25%20entre%20os%20brancos.>

Acesso em 7 set. 2023.

<sup>6</sup> Dos 811 mandatos conquistados em 2016, 404 foram ocupados por homens brancos; 292, por homens negros; 75, por mulheres brancas; 32, por mulheres negras; 7, por homens amarelos; e 1, por homem indígena.



anos<sup>7</sup>, essas mulheres dobraram sua presença nesse espaço (8%) e temos como objetivo compreender as razões deste crescimento. É notório que ter recurso financeiro impacta positivamente o desempenho eleitoral de candidaturas em geral, e das mulheres, especialmente, conforme vem sendo demonstrado por um conjunto de estudos (Silveira, 2019; Sacchet, 2011; Sacchet; Speck, 2012; Speck; Sacchet; Santos, 2012). À medida que elas contam com menos doadores de campanha e possuem menos recursos para se autofinanciar, seu maior aporte é o fundo público. Daí que importa saber qual o percentual repassado pelos partidos políticos para as vereadoras eleitas. Além da variável financiamento público de campanha, analisamos dois importantes recursos sociais mobilizados pelas mulheres brancas e negras na conquista do mandato eletivo em 2016 e em 2020, escolaridade e patrimônio, já que ambos são recursos importantes para ingressar no campo político e para o desenvolvimento de uma carreira.

A metodologia aqui adotada é a quantitativa, tendo por base os dados disponibilizados pelo TSE. Esses são tratados no *R* e processados por meio do pacote *ElectionsBR* (Meireles; Silva; Costa, 2016). Apesar de admitirmos as limitações e controvérsias acerca da autodeclaração de cor/raça e dos dados das prestações de contas, optamos pela utilização dessas informações à medida que estas fazem parte da base de dados oficial (TSE) e nos permitem aproximação do panorama a ser analisado. A proposição norteadora do estudo é que os dois grupos de eleitas possuem alta escolaridade, seguindo o padrão encontrado nas demais carreiras políticas femininas. Entretanto, as maiores diferenças estão no patrimônio e na variável financiamento de campanha, ou seja, as mulheres brancas possuem maior patrimônio e as mulheres negras são menos financiadas do que as eleitas brancas, apesar do regramento existente. Como foi veiculado na imprensa<sup>8</sup>, a maioria dos grandes partidos não cumpriram o repasse de verba de acordo com a cota de gênero e de raça em 2020,

---

<sup>7</sup> Dos 817 mandatos conquistados em 2020, 362 foram ocupados por homens brancos; 301, por homens negros; 74, por mulheres brancas; 67, por mulheres negras; cinco, por homens sem raça autodeclarada; quatro, por homens amarelos; três, por mulheres amarelas; uma, por mulher indígena.

<sup>8</sup> Informações disponíveis em:

<https://www.dw.com/pt-br/partidos-atrasam-repasses-a-mulheres-e-preterem-negras/a-63073422> Acesso em: 7 set. 2023.



prejudicando as mulheres em geral e em maior grau, as mulheres negras. O que sinaliza que a criação do FEFC, sem fiscalização, é insuficiente para cumprir seu objetivo final.

Como já mencionado, a análise é feita à luz da teoria interseccional e, assim, buscamos compreender as especificidades das mulheres brancas e negras na conquista do mandato de vereadoras nas 26 capitais brasileiras nos pleitos de 2016 e 2020. Em cada ano foram eleitas, respectivamente, 107 e 145 mulheres para as Câmaras Municipais das capitais. As vereadoras brancas mantiveram o número de vagas em ambas as disputas eleitorais (75) e entre as eleitas negras houve uma ampliação na representação bastante significativa, saltou de 32 para 66 vagas. Embora as pesquisas sobre Gênero e sobre Raça se encontrem em expansão, os estudos que consideram a articulação desse binômio ainda são incipientes na academia. Com esse trabalho, buscamos contribuir com os estudos eleitorais no Brasil, preenchendo algumas lacunas existentes e oferecendo um panorama analítico sobre a representação parlamentar das mulheres brancas e negras nas capitais brasileiras, a partir da perspectiva teórica interseccional. Além desta Introdução, a próxima seção aborda, brevemente, o debate teórico sobre gênero e raça e, na sequência, trazemos nossa análise sobre os dados empíricos coletados. Encerramos com algumas Notas Conclusivas.

## **2. Breve debate teórico: gênero e raça na política brasileira**

Recentemente, a Ciência Política no Brasil vem estudando a relação entre raça e representação política. Entretanto, as análises a partir do binômio gênero e raça são mais incipientes e quase inexistem pesquisas sobre o campo parlamentar, à exceção de poucos trabalhos como os de Rios (2014), Luizy e Rabay (2016), Rios, Pereira e Rangel (2017), Campos e Machado (2017; 2020), Pereira (2019) e Mancuso e Chaves (2021). Basicamente, essa lacuna na produção acadêmica existe por razões política e técnica e, de acordo com Rios (2020, p. 8), “a Ciência Política brasileira raramente levou a sério a dimensão racial. (...) Formada, em sua grande maioria, por homens brancos (...) a área em questão negligenciou reflexões sobre o sistema eleitoral e raça”. Já o motivo de ordem técnica é porque apenas a partir de 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a incluir o item “cor” na ficha de inscrição das candidaturas.



Conforme dito antes, a perspectiva interseccional é uma lente importante para entendermos as injustiças sociais e a desigualdade política, em particular. Crenshaw (2002, p. 177), pioneira na definição de interseccionalidade, destaca que o conceito “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. Trata-se de uma crítica à noção universalizante dos sujeitos e a estudiosa defende que gênero, raça e outras opressões se articulam, criando situações específicas de vulnerabilidade. Logo, as mulheres e as pessoas negras experienciam o sexismo e o racismo de forma distinta.

No Brasil, os índices socioeconômicos, de acesso ao ensino formal e ao trabalho melhor remunerado, evidenciam a vulnerabilidade das mulheres negras, segundo dados apresentados anteriormente. Ao discutir a divisão sexual do trabalho e a desigualdade no país, Biroli (2018, p. 18) também aponta a “vulnerabilidade relativa de determinadas mulheres”. Estudos realizados há cerca de meio século revelam que a situação mudou pouco. O critério racial constitui-se num desses mecanismos de seleção, fazendo com que as pessoas negras sejam relegadas aos lugares mais baixos da hierarquia, através da discriminação.

[...] A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, ocupa, deste modo, os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra (Nascimento, 1976, p. 4).

Azerêdo (1994, p. 204) reforça a necessidade de “começarmos a compreender que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida das mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos”. No processo de reversão dessas situações de desvantagem, cabe destacar o papel do movimento feminista negro. Sem chance de debater seus problemas de gênero junto aos coletivos antirracistas liderados por homens, nem suas questões de raça no feminismo majoritariamente branco, as mulheres negras decidiram desenvolver suas próprias reflexões em espaços específicos (Sousa, 2020). Essa mobilização passou a se tornar mais visível em meados da década de 1970, porém, antes disso, já havia registros de iniciativas protagonizadas por mulheres negras na luta contra a escravidão e por melhores condições de trabalho e maternidade. Ao longo dos anos, lograram vitórias ao tornar visíveis pautas de combate a estereótipos de excessiva



sexualização (mulata carnavalesca) ou passividade (mãe preta, que tudo suporta), também chamaram a atenção para a sua ausência nas arenas midiáticas e decisórias (Carneiro, 2011). Novas gerações de feministas negras continuam articulando esforços visando a impedir retrocessos e avançar nas conquistas, com destaque para a busca de maior representação parlamentar<sup>9</sup>.

### **3. Recursos de campanha: escolaridade, patrimônio e financiamento público**

O resultado que saiu das urnas nas eleições municipais de 2016 e 2020 mostra que pelo menos uma mulher foi eleita nas 26 capitais para exercer o cargo de vereadora, conforme tabela em anexo. As capitais que mais elegeram mulheres brancas, nos dois últimos pleitos, foram São Paulo (11 e oito, respectivamente), Curitiba (com oito e sete) e Recife (com seis e cinco). No caso das vereadoras negras, os maiores quantitativos em cada eleição foram em Salvador (quatro e sete), Fortaleza (três e sete) e Belém (três e seis). Em Porto Alegre e São Paulo, houve um salto entre uma disputa eleitoral e outra: de nenhuma vereadora negra, essas Câmaras Municipais passaram a contar com quatro representantes pretas e pardas.

A capital menos inclusiva foi Cuiabá, que somente em 2020 elegeu duas mulheres, ambas negras. As cidades com pior desempenho das candidaturas femininas, em 2016, foram Florianópolis e Vitória, com apenas uma vereadora em cada. Passados quatro anos, a capital de Santa Catarina ampliou a representação das mulheres para cinco vagas, todas vereadoras brancas. Também Rio Branco e Aracaju elegeram poucas mulheres, apenas duas em cada um dos pleitos. Em 2020, Campo Grande, João Pessoa e Porto Velho pioraram seu desempenho e só elegeram uma vereadora. Nas duas primeiras, foi eleita uma mulher branca e na capital de Rondônia foi onde houve maior encolhimento na representação feminina, caiu de quatro para uma vereadora (negra).

---

<sup>9</sup> No Brasil, há exemplos como o Instituto Marielle Franco, Eu Voto em Negra e Mulheres Negras Decidem. Mais informações em: <https://www.institutomariellefranco.org/>, <http://euvotoemnegra.com.br/> e <https://mulheresnegrasdecidem.org/sobre/>. Acesso em: 8 set. 2023.



Para fins do presente trabalho decidimos dar enfoque aos recursos de campanha que são importantes para potencializar as chances de sucesso de candidaturas: escolaridade, patrimônio e verba de campanha. Contar com esses recursos facilita a conquista de um cargo eletivo, mas há um conjunto de outros elementos, institucionais e extrainstitucionais, que somados aos anteriores, tendem a ser uma “fórmula do sucesso”. Em seus estudos sobre condição socioeconômica e desempenho eleitoral, Sacchet e Speck (2012) concluem que patrimônio financeiro, nível educacional e experiência profissional e política têm impacto no sucesso eleitoral, tanto de homens como de mulheres,

Ter herdado ou acumulado grandes riquezas não é garantia de sucesso nas urnas, mas aumenta em cinco vezes as chances de se eleger. A instrução não possui o mesmo impacto sobre o sucesso eleitoral, porém, quem tiver diploma universitário aumenta em 50% as chances de obter êxito nas eleições em relação aos demais candidatos. Finalmente, a ocupação no momento da disputa eleitoral é decisiva para o sucesso nas urnas. A categoria que mais se destaca refere-se aos políticos em cargos eleitos que disputam um novo mandato (Sacchet; Speck, 2012, p. 204).

Em outro estudo, os mesmos autores alertam que o aspecto econômico “não influencia apenas o resultado eleitoral, mas também o processo de definição das candidaturas” (Sacchet; Speck, 2010, p. 419). Ou seja, as mulheres já estão em posição de desvantagem comparada aos homens, antes mesmo de entrarem na disputa por um mandato eletivo, neste caso, desigualdade econômica. Como as mulheres são novatas no campo da representação política, elas têm menos dinheiro para investir na sua campanha e menor capacidade de arrecadação. Por isso que o financiamento público é um quesito fundamental para a campanha eleitoral das mulheres e das candidatas negras, mais ainda. Nos próximos dois subitens, analisaremos como estas três variáveis se apresentaram nas candidaturas femininas nas eleições municipais de 2016 e 2020.

### **3.1 Recursos Sociais: escolaridade e patrimônio nas campanhas das vereadoras em 2016 e 2020**

Campos e Machado (2014) afirmam que escolaridade e patrimônio são recursos simbólicos eleitoralmente importantes e que candidatos não-brancos estão em desvantagem comparativamente aos candidatos brancos. Estes quesitos são importantes porque são um



sinalizador do lugar que os indivíduos ocupam em uma sociedade hierarquizada e estratificada e àquelas/àqueles sujeitos detentores de algum saber tem mais chance de ascensão social individual.

Quando analisamos internamente o grupo das mulheres, associando o binômio gênero e raça, constatamos que o perfil de alta escolaridade é uma característica entre brancas e negras que disputaram os dois últimos pleitos municipais. Em 2016, mais de 90% das vereadoras brancas possuíam ensino superior completo/incompleto, enquanto entre as eleitas negras, este índice é um pouco menor, 81,2%. Na eleição seguinte, os percentuais de mulheres que acessaram a universidade foram ampliados, entre as brancas passou para 94,7% e entre as vereadoras negras o crescimento foi maior, 90,9%. Os dados encontrados no plano municipal não diferem do quadro nacional, reafirmando o quanto a representação política no Brasil mantém-se elitizada, em que pese estar se diversificando na última década. Nos estudos sobre carreiras políticas femininas, a escolaridade elevada é uma característica recorrente e apontam que elas têm mais anos de estudo do que seus colegas homens (Marques, 2010; Moritz, 2015; Schulz e Moritz, 2015). Mesmo tendo uma formação educacional mais qualificada, as mulheres, em geral, ainda encontram muita dificuldade em acessar cargos eletivos.

Para melhor compreender a variável escolaridade entre as vereadoras brancas e negras, buscamos analisar sua distribuição pelas cinco regiões brasileiras. O resultado encontrado está na tabela que segue.

**Tabela 1: Escolaridade x Região - 2016**

<b>N = 107</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
<b>BRANCAS</b>					
Ens Fundamental Completo/Incompleto	0	0	0	1	2
Ens Médio Completo/Incompleto	0	3	0	1	0
Ens Superior Completo/Incompleto	7	28	6	16	11
<b>Total (N = 75)</b>	<b>7</b>	<b>31</b>	<b>6</b>	<b>18</b>	<b>13</b>
<b>NEGRAS</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
Ens Fundamental Completo/Incompleto	0	0	0	0	0
Ens Médio Completo/Incompleto	2	4	0	0	0
Ens Superior Completo/Incompleto	12	8	1	5	0
<b>Total (N = 32)</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaboração das autoras, a partir dos dados do TSE.

Os dados apresentados revelam que são muito poucas as vereadoras com baixa escolaridade. As que aí estão, são mulheres brancas e concentram-se nas regiões Sudeste e Sul. Enquanto entre as negras não há nenhuma nesta faixa de instrução. O que nos permite depreender que as mulheres pretas e pardas necessitam ter mais anos de estudos para ter alguma chance no mercado eleitoral. Também identificamos que, no pleito de 2016, nenhuma vereadora desta raça foi eleita na região Sul e apenas uma no centro oeste. Como já mencionado, o perfil educacional das mulheres eleitas concentra-se no ensino superior (completo ou incompleto), sendo as vereadoras brancas com maior escolaridade oriundas das



regiões Nordeste (28) e Sudeste (16), enquanto as eleitas negras com mais anos de estudos são provenientes das capitais do Norte (12) e do Nordeste (oito).

**Tabela 2: Escolaridade x Região - 2020**

<b>N = 141<sup>10</sup></b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
<b>BRANCAS</b>					
Ens Fundamental Completo/Incompleto	0	0	0	0	0
Ens Médio Completo/Incompleto	0	3	0	0	0
Ens Superior Completo/Incompleto	5	23	3	21	19
<b>Total (N = 74)</b>	<b>5</b>	<b>26</b>	<b>3</b>	<b>21</b>	<b>19</b>
<b>NEGRAS</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
Ens Fundamental Completo/Incompleto	1	1	0	0	0
Ens Médio Completo/Incompleto	0	2	1	1	0
Ens Superior Completo/Incompleto	19	20	4	13	5
<b>Total (N= 67)</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>5</b>	<b>14</b>	<b>5</b>

Fonte: Elaboração das autoras, a partir dos dados do TSE.

Comparando os números entre as duas eleições municipais, observamos que há uma diminuição de mulheres brancas altamente escolarizadas no Nordeste e um aumento nas demais regiões, especialmente no Sudeste e Sul, passando para 28,4% e 25,7%, respectivamente. Também entre as eleitas negras houve uma ampliação daquelas com ensino superior em 2020, em todas as regiões, com destaque para o Nordeste do país, que passou a contar com o maior percentual de mulheres pretas e pardas que ingressaram na universidade

<sup>10</sup> Nas capitais em 2020, 145 mulheres foram eleitas vereadoras. Porém, neste trabalho, estão sendo consideradas apenas as brancas e negras que totalizam 141.



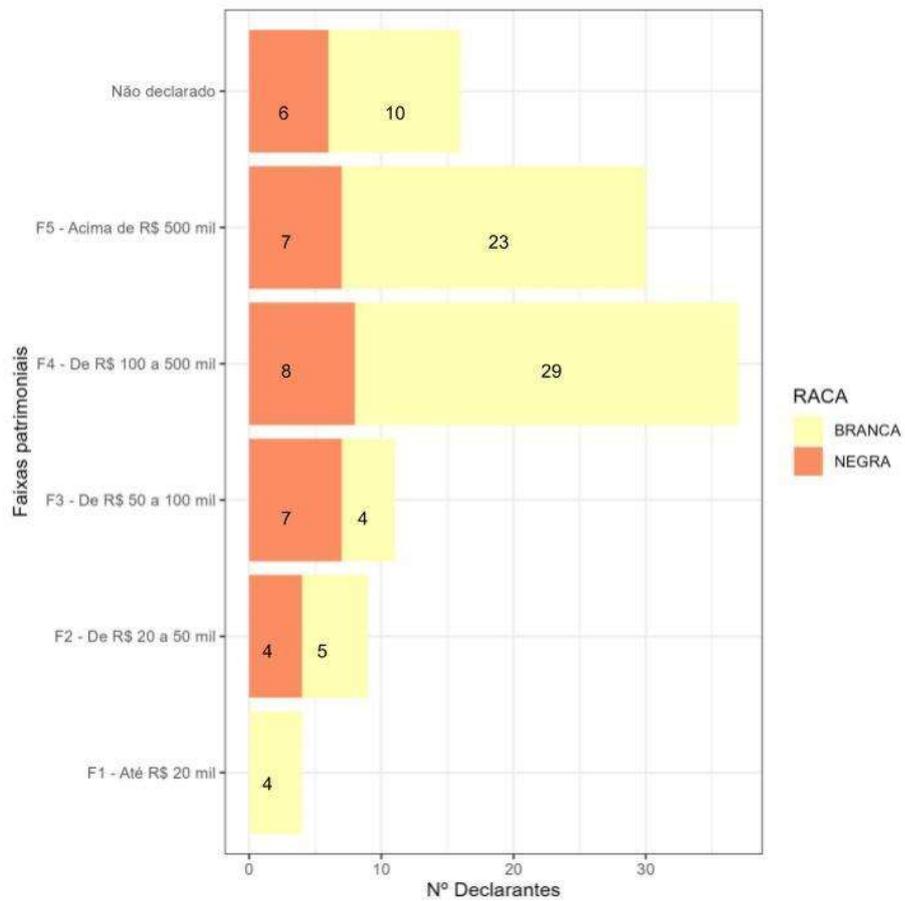
(29,8%). Na sequência, estão as capitais do Norte e do Sudeste, 28,3% e 19,4%, por ordem. Embora em 2016, não foram eleitas vereadoras negras com baixa escolaridade, no pleito seguinte, obtiveram vitória duas mulheres com apenas Ensino Fundamental Completo/Incompleto - uma no Norte e outra no Nordeste.

Ao nos debruçarmos sobre os dados declarados referentes ao patrimônio das vereadoras eleitas em 2016 e 2020, o quadro que encontramos é de uma grande desigualdade econômica entre brancas e negras. Conforme informado pelas candidatas ao TSE, a composição do patrimônio se resume a bens móveis (veículos), imóveis (casas, apartamentos e terrenos) e valores (em conta bancária, aplicações e investimentos diversos). As mulheres brancas, em 2016, somaram um patrimônio cinco vezes maior do que aquele declarado pelas vereadoras negras<sup>11</sup>. Essas com quase oito milhões de reais, enquanto o outro grupo com mais de 39 milhões de reais. Os bens mais citados pelas mulheres brancas, tanto em 2016 como em 2020, são imóveis, veículos e valores (conta bancária e poupança). Entre as negras, o patrimônio distribui-se entre imóveis e veículos em ambas as eleições. Para termos uma melhor dimensão do patrimônio declarado pelos dois grupos de mulheres, elaboramos dois gráficos a seguir, distribuindo-o por faixa.

---

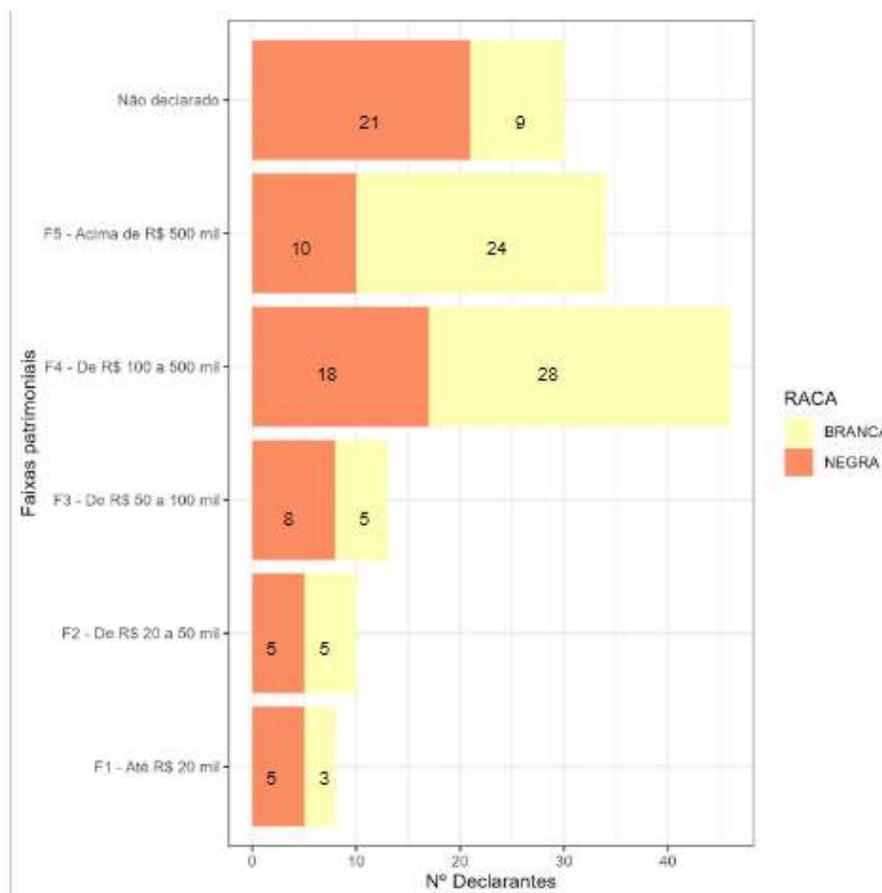
<sup>11</sup> Sem minimizar a desigualdade patrimonial entre vereadoras brancas e negras, é necessário fazer uma ressalva: em 2016, a soma total, em dinheiro, refere-se às 75 prestações de contas apresentadas pelas mulheres brancas e às 32 prestações declaradas pelas pretas e pardas. Em 2020, também foram somados os quantitativos totais em cada grupo eleito. Portanto, como há mais vereadoras brancas, há mais prestações de contas delas e, conseqüentemente, um montante, em reais, maior no total somado.

**Gráfico 1: Patrimônio das vereadoras - 2016**



Fonte: Elaboração das autoras, a partir dos dados do TSE.

**Gráfico 2: Patrimônio das vereadoras - 2020**



Fonte: Elaboração das autoras, a partir dos dados do TSE.

O principal destaque a ser feito é que a maior concentração de patrimônio, tanto de eleitas brancas como de vereadoras negras, está na mesma faixa 4 (entre 100 e 500 mil reais), 37,8% e 26,9%, respectivamente. São índices que se mantêm no pleito seguinte. Podemos perceber que o desenho que temos é de uma pirâmide invertida, isto é, poucas mulheres na base, com menor patrimônio, e, à medida que o quantitativo patrimonial amplia, também aumenta o número de vereadoras em cada faixa, tanto brancas como pretas e pardas. Este



perfil patrimonial concentrado nas duas maiores faixas (4 e 5), em ambos os grupos de mulheres, sugere que as chances de elas conquistarem um mandato eletivo passam por ter um lastro patrimonial. Mesmo havendo um perfil patrimonial similar entre negras e brancas, é indiscutível que esse segmento de eleitas é mais abastado do que as vereadoras pretas e pardas. Na faixa mais alta (5), estas são 22% e 15,2%, em 2016 e 2020, respectivamente, já as mulheres brancas atingem o percentual de 30,7% e 32%. Ou seja, no último pleito municipal, as candidatas brancas mais ricas eram mais que o dobro das mulheres negras. Também chama a atenção o percentual destas eleitas que não declararam patrimônio nas eleições em análise, chegando a quase  $\frac{1}{3}$  na disputa de 2020.

Em 2016, identificamos que as vereadoras brancas mais abastadas - patrimônio acima de R\$ 500 mil - foram eleitas em São Paulo (cinco) e no Rio de Janeiro (três). Já aquelas localizadas no outro extremo, faixa com menor patrimônio, são provenientes das seguintes capitais: Aracaju, Curitiba, Macapá e Salvador. Na eleição seguinte, Rio de Janeiro e Porto Alegre foram as cidades que elegeram mais mulheres brancas com maior e com menor patrimônio.

Palmas se destaca como a capital que elegeu as vereadoras negras com maior patrimônio, tanto em 2016 como em 2020, duas e três mulheres em cada pleito. Situação diferente ocorreu em 2020 com aquelas que declararam menor patrimônio (até R\$ 20 mil), quando cinco mulheres pretas e pardas estão nesta faixa em cinco capitais (Aracaju, Fortaleza, Goiânia, Rio de Janeiro e Salvador). As demais eleitas, tanto brancas como negras, estão distribuídas quase unitariamente em diferentes faixas de patrimônio e capitais brasileiras, não se verificando concentração de renda em nenhuma capital.

Comparando os dois grupos de mulheres, nas duas eleições, percebemos que Aracaju e Salvador aparecem como as capitais que dão mais chance de conquistar mandato àquelas que declaram possuir menor patrimônio. Esses municípios abrem possibilidade para uma representação política mais inclusiva e diversa do ponto de vista racial e patrimonial.

Entre uma eleição e outra, a diferença do montante de patrimônio entre vereadoras brancas e negras diminuiu, mas ainda assim, a vantagem patrimonial das mulheres brancas é da ordem de 3,5 vezes maior que os bens que as negras possuem. Mesmo considerando que esse grupo ampliou seu patrimônio em 112% entre 2016 e 2020, contrastando com a



ampliação menor do patrimônio das mulheres brancas, em torno de 48%. Foge aos limites deste trabalho encontrar as razões para o crescimento patrimonial ocorrido entre os dois grupos de mulheres, mas pode-se aventar que parte das vereadoras eleitas em 2016 se reelegeu em 2020, o que as ajudou a aumentar seu patrimônio. Bem como, em 2020, os partidos podem ter recrutado candidatas com mais posses para potencializar suas chances de vitória, já que assim, elas poderiam investir nas suas próprias candidaturas ao Legislativo municipal. Possibilidades a serem averiguadas e conferidas em trabalhos futuros.

### **3.2 Financiamento Público nas campanhas municipais: onde mora a desigualdade**

Pesquisas sobre a desigualdade no Brasil revelam que o problema se agrava em função de gênero e raça. Embora mais qualificadas<sup>12</sup>, mulheres brancas costumam receber salários menores do que homens brancos e mulheres negras sofrem desvantagens ainda maiores<sup>13</sup>. Sobrecarregadas com a dupla ou tripla jornada, dedicando horas extras<sup>14</sup> ao trabalho doméstico não remunerado, elas tendem a possuir um patrimônio menor que o deles. Por essas condições históricas difíceis de serem eliminadas mesmo na contemporaneidade, as mulheres, quando decidem disputar uma eleição, sem acesso a redes de financiamento privado e sem poder contar com o autofinanciamento, tendem a depender mais do financiamento público para viabilizar suas campanhas.

Antes de apresentar a diferença entre os repasses destinados às candidatas brancas e negras, convém recordar que, para financiar campanhas eleitorais no Brasil, é possível valer-se de recursos públicos e privados. Nesse tipo, estão as doações de pessoas físicas e o autofinanciamento. Já a verba pública advém do Fundo Partidário (FP), única fonte em 2016,

---

<sup>12</sup> Dados disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/03/08/censo-mulheres-sao-mais-escolarizadas-que-homens-mas-diferenca-entre-brancas-e-negras-no-ensino-superior-e-de-50percent.ghml> Acesso em: 26 maio 2024.

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: [<sup>14</sup> Dados disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> Acesso em: 26 maio 2024.](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-lo-relatorio-de-transparencia-salarial#:~:text=As%20mulheres%20recebem%2019%2C1,m%C3%A9dia%20%C3%A9%20de%20R%24%205.387.&text=No%20dia%2021%20de%20mar%C3%A7o,CNPJ%2C%20no%20Portal%20Emprega%20Brasil. Acesso em: 26 maio 2024.</a></p></div><div data-bbox=)



e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), instituído em 2017. É importante lembrar quais eram as regras de distribuição válidas nos pleitos analisados.

A disputa de 2016 foi marcada pela proibição de doações empresariais para as candidaturas, pela determinação de destinação mínima de 5% do Fundo Partidário (FP) para estímulo da participação das mulheres, pelo estabelecimento de limite de gastos e autorização para que as campanhas fossem totalmente custeadas pelo próprio candidato/a, o chamado “autofinanciamento”, conforme a Lei 13.165/2015. Essas mudanças tiveram como motivação inibir o excessivo uso do dinheiro privado em campanhas, o que, aliás, beneficiava principalmente homens brancos. Porém, como argumentam Campos e Machado (2020), tais alterações acabaram favorecendo pessoas ricas capazes de arcar com seus próprios custos de participação no pleito.

Somando apenas os valores do FP, verifica-se que as concorrentes brancas receberam R\$ 2.723.982,20, enquanto as pretas e pardas receberam sete vezes menos (apenas R\$ 373.716,00). Vale destacar que, de modo geral, todas as mulheres eleitas nas capitais receberam uma porcentagem mínima dos recursos públicos. Esse parco repasse e a assimetria entre brancas e negras evidenciam hierarquias de gênero e raça estabelecidas por dirigentes partidários responsáveis pela divisão dessa verba pública, prejudicando as mulheres em geral e, em maior grau, as candidatas negras. Como as regras vigentes em 2016 não determinaram uma partilha proporcional considerando raça, elas foram insuficientes para estimular a inclusão de mulheres negras nos Legislativos das capitais. Essa diferença racial no repasse do FP, que privilegiou candidatas brancas, certamente teve reflexo no quantitativo de eleitas, com as brancas (75) ultrapassando o dobro das vagas conquistadas pelas negras (32).

Sandra Regina Carbone Tadeu Mudalen foi a candidata que mais recebeu recursos públicos em 2016 - R\$ 660.000,00 do Fundo Partidário. Ela é branca, tem Ensino Superior completo e concorreu pelo Democratas (DEM)<sup>15</sup> de São Paulo. Entre as vereadoras negras, foi Tânia Cristina Magalhães Bastos e Silva, que tem Ensino Superior completo, concorreu pelo Partido Republicano Brasileiro (PRB) do Rio de Janeiro e obteve R\$ 184.182,50 do FP.

---

<sup>15</sup> Em 2022, o DEM oficializou a fusão com o Partido Social Liberal (PSL) e juntos fundaram o União Brasil.



No pleito municipal seguinte, o resultado que saiu das urnas trouxe mudanças no interior da representação política das mulheres. As vereadoras negras dobraram o número de assentos e a diminuição na disparidade entre os dois grupos de eleitas está relacionada, principalmente, a uma alteração no regramento eleitoral sobre a distribuição da verba pública de campanha. Dois meses antes das eleições de 2020, o ministro Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou<sup>16</sup> que o dinheiro público fosse dividido pelos partidos proporcionalmente conforme o número de candidaturas negras. Nesse ano, além do FP, já estava vigorando, desde 2017, outra fonte de financiamento público: o FEFC. Também estavam valendo outras duas normas aprovadas no âmbito do Judiciário: (1) a obrigatoriedade de repasse de 30%, no mínimo, dos recursos do FP e do FEFC para a campanha das mulheres e (2) a exigência de destinar 30% do tempo do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) para as candidaturas femininas.

Para financiar a campanha de 2020, as vereadoras brancas eleitas nas capitais declararam ter recebido R\$ 6.264.795,10 de FP e FEFC. Já as negras conseguiram arrecadar R\$ 5.731.683,50 dessas duas fontes de verbas públicas, conforme a prestação de contas enviadas ao TSE. Ou seja, enquanto em 2016, as brancas concentraram 88% do dinheiro público transferido para os dois grupos de mulheres, em 2020, essa discrepância foi bastante reduzida, com brancas tendo acesso a 52,2% do total e negras, a 47,8%. Esta ampliação no acesso à verba pública impactou positivamente a campanha das candidatas<sup>17</sup> pretas e pardas, resultando na vitória de 67 vereadoras negras, ou seja, foi duplicado o número de vagas conquistadas entre uma eleição e outra. Dessa forma a representação feminina nas Câmaras Municipais das capitais ficou menos desigual em termos de raça. Tais dados evidenciam a importância na mudança das regras determinando a divisão proporcional de recursos

---

<sup>16</sup> O ministro deferiu uma Medida Cautelar a favor da ADPF 738 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 738 ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

<sup>17</sup> Cabe dizer que, em 2016, as capitais brasileiras contaram com 2.530 brancas e 3.288 negras concorrendo. Em 2020, foram 3.077 brancas e 4.597 negras. Como o quantitativo de financiamento refere-se apenas às eleitas, é arriscado comparar e afirmar que houve, precisamente, um sobrefinanciamento das candidatas brancas e um sub-financiamento das pretas e pardas. Entretanto, chama a atenção que, embora sejam maioria entre as candidatas, negras são minoria entre as eleitas nos dois pleitos.



públicos, pois na eleição em que estas normas não existiam, as candidatas negras à vereança foram desfavorecidas.

Maria Laura Monteza de Souza Carneiro foi a candidata que mais recebeu recursos públicos em 2020. No total, foram R\$ 25.659.920,00 do FP e do FEFC. Ela é advogada e filha do ex-senador Nelson Carneiro, proponente da "lei do divórcio". Em 2020, pelo DEM, venceu sua quarta eleição para a vereança. Atualmente, está filiada ao Partido Social Democrático (PSD) e assumiu o quinto mandato como deputada federal pelo Rio de Janeiro. Embora até 2018 tenha se declarado branca<sup>18</sup>, mudou a autodeclaração para “parda” quando concorreu em 2020, possivelmente interessada na chance de aumentar a arrecadação por meio das regras que passaram a beneficiar candidaturas negras. Importante destacar que esse caso destoante pode estar elevando o total de financiamento recebido pelas mulheres negras em 2020.

Entre as vereadoras brancas, a campeã foi novamente Sandra Mudalen que, após quatro anos, perdeu quase R\$ 2 milhões de receita, mas manteve, sozinha, mais de R\$ 7 milhões dos recursos públicos. As capitais onde as candidatas brancas mais receberam dinheiro do FP e do FEFC foram São Paulo e Belo Horizonte. Como em 2016, há grande discrepância, mesmo entre candidatas da mesma cidade e da mesma cor. No pleito paulista, a diferença entre as eleitas que mais e menos receberam chegou a R\$ 7,5 milhões. As capitais com os menores valores direcionados para as brancas foram Boa Vista e Goiânia.

Em relação às pretas e pardas, as capitais com as maiores cifras destinadas foram Rio de Janeiro e Manaus. Na cidade carioca, houve uma diferença de R\$ 25,5 milhões entre as eleitas que mais e menos receberam. Já os menores valores de FP e FEFC foram distribuídos em São Paulo e Porto Velho. Nesse sentido, Campos e Machado (2020) avaliam que a concentração de altas cifras em poucas candidaturas, embora seja verificada em diferentes casos, é mais intensa entre as pessoas negras.

---

<sup>18</sup> Conforme registro disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2014/680/RJ/190000001463> Acesso em: 19 set. 2023.



Cabe acrescentar que tanto em 2016 quanto em 2020, o número de concorrentes<sup>19</sup> pretas e pardas foi superior ao de brancas. Ou seja, mesmo tendo mais candidaturas negras na disputa, elas recebem menos dinheiro para financiar suas campanhas e conquistam menos mandatos legislativos. Embora seja sabido que ter mais dinheiro para gastar na campanha eleitoral não levará, necessariamente, à obtenção de vitória nas urnas, é comprovada a influência do suporte financeiro nas chances de sucesso eleitoral. Apesar de existirem regras para a distribuição dos recursos públicos de campanha, ainda é grande a arbitrariedade dos dirigentes partidários na execução da norma. Nesse sentido, os dados desta pesquisa sinalizam que os critérios de divisão permanecem enviesados por preconceitos de gênero e raça.

## Notas conclusivas

Considerando que, no Brasil, as mulheres negras encontram-se em posições de grande vulnerabilidade e lutam por participação nos espaços decisórios, entendemos que é indispensável a perspectiva interseccional para compreender a desigualdade política. Com o objetivo de colaborar com a área de estudos sobre dinâmica eleitoral e parlamentar, a partir da intersecção entre gênero e raça, escolhemos analisar três importantes recursos que impactam o resultado das eleições: escolaridade, patrimônio e financiamento de campanha.

Nossa observação abrangeu os resultados dos pleitos proporcionais de 2016 e 2020 nas 26 capitais brasileiras. Com base neles, foi possível verificar que, de modo geral, todas as eleitas têm alta escolaridade, sendo mais de 80% com Ensino Superior completo ou incompleto. Confirmando a premissa levantada no início deste trabalho de que não haveria diferença entre brancas e negras neste quesito. Este perfil vai ao encontro do padrão de escolarização das mulheres que conquistam mandatos eletivos e desenvolvem uma carreira política no Brasil, como podemos ver, isso se repete no plano local. Porém, mesmo sendo detentoras de capital educacional, essas mulheres encontram dificuldade para acessar cargos eletivos.

---

<sup>19</sup> Em 2016, 3.288 mulheres negras e 2.530 brancas concorreram à vereança nas capitais. Em 2020, esses números foram, respectivamente, 4.598 e 3.076.



Outra variável foi o patrimônio declarado e, nesse aspecto, a diferença entre brancas e negras ficou mais visível. No primeiro grupo, tanto em 2016 quanto em 2020, a maioria de 70% disse possuir bens no valor acima de R\$ 100 mil. Já entre as pretas e pardas, esse percentual variou de 47% para 41% nos respectivos anos. Ou seja, as vereadoras negras estão distribuídas entre as faixas de renda mais baixas e mais altas, embora nos dois grupos haja uma concentração na mesma faixa 4 (entre R\$ 100 e 500 mil). Esses dados demonstram a relevância do suporte patrimonial na conquista de um mandato eletivo.

Nesse sentido, a discrepância maior fica mais evidente na terceira variável analisada neste estudo: o financiamento público. Em 2016, as vereadoras brancas obtiveram quase R\$ 2 milhões a mais do que as negras. Em 2020, quando as normas obrigavam o repasse proporcional a gênero e raça, as brancas arrecadaram cerca de R\$ 1 milhão a mais. A assimetria diminuiu, mas mesmo se candidatando em maior número, pretas e pardas continuaram recebendo menos verba para suas campanhas eleitorais. A partir dos dados apresentados, levando em consideração as três variáveis selecionadas, constatamos que a proposição sobre escolaridade e financiamento público foram plenamente comprovadas e em relação ao patrimônio, parcialmente.

Apesar de não garantir, sozinho, a vitória eleitoral, o dinheiro é importante. Nesta investigação, ficou nítido o impacto das regras de financiamento para aumentar a participação das mulheres pretas e pardas. Em 2020, quando as normas mudam e as candidatas negras passam a ter mais acesso aos recursos financeiros, o número de eleitas nesse grupo duplica - aumento que não ocorre entre as brancas, que passam de 75 para 74, permanecendo, mesmo assim, maioria entre as mulheres eleitas.

Compreende-se, portanto, a importância de eliminar, ou, ao menos, minimizar o viés de gênero e raça nos critérios que guiam a distribuição de recursos feita pelos dirigentes partidários. Esse processo ocorre por meio de leis e fiscalização mais rigorosa. Por essa razão, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 18/21)<sup>20</sup> que anistia os partidos descumpridores

---

<sup>20</sup> Mais informações no site da Câmara dos Deputados: <https://www.camara.leg.br/noticias/838495-aprovada-admissibilidade-de-pec-que-anistia-partidos-que-nao-aplicaram-o-minimo-em-campanhas-femininas/#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e,da%20participa%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20de%20mulheres> Acesso em: 9 set. 2023.



dos repasses mínimos para incentivar a participação política das mulheres, trata-se de um retrocesso.

Esta pesquisa, assim como outras mencionadas aqui, demonstra os efeitos inclusivos das determinações judiciais e da divisão menos desigual dos recursos públicos. A comparação de dois pleitos comprovou que mais repasse financeiro favorece a participação de grupos historicamente excluídos das instâncias decisórias. Aprofundar as análises desse tipo de impacto é importante, não apenas para o campo da Ciência Política, como no âmbito da sociedade brasileira, visando a uma representação política mais democrática, tanto em termos de gênero como de raça.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. Gênero, poder e política: rupturas e diálogos com a representação institucional. In: MINELLA, Luzinete Simões. *Saberes e fazeres de gênero - entre o local e o global*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 207-223

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política: Dossiê Gênero e Política*, Brasília, n. 2, jul./dez. 2009.

ARAÚJO, Clara. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer*, v. 14, n. 3, Rio de Janeiro, 2013.

AZERÊDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, 1994.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, v. 61, mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cjddqGh6Hv6rZ3SQndZnXfFF/?lang=pt> Acesso em: 29 jun. 2022.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020.



CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 10, 2002.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais no Brasil. In: SALLES, Walter (org.). *Equidade racial: desafios no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ibirapitanga, 2018.

LUIZY, Luana; RABAY, Glória. Reflexo de um Estado excludente: a representação parlamentar das mulheres negras nas eleições de 2014. In: REDOR, 20., Recife, 2016. *Anais [...]* Recife, 2016.

MANCUSO, Wagner Pralon; CHAVES, Beatriz Mendes. Enfrentando problemas, calibrando soluções: a influência de marcadores sociais nas eleições municipais de 2020. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2021.

MARQUES, Danusa. Gênero e Carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais em suas trajetórias? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. *Anais [...]* Caxambu: Anpocs, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18(3), set./dez. 2010, p. 653-679

MEIRELES, Fernando; SILVA, Denisson; COSTA, Beatriz. *electionsBR*: R functions to download and clean Brazilian electoral data. 2016. Disponível em: <http://electionsbr.com/> Acesso em: 19 fev. 2023.

MORITZ, Maria Lúcia; SCHULZ, Rosangela. Quando as Mulheres São Bem Votadas: o caso das deputadas federais no RS/2010. *Gênero na Amazônia*, Belém, n. 4, jul./dez., 2013.

MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres e representação regional: candidaturas femininas ao cargo de Deputado Estadual/RS (eleições 2010 e 2014). In: CONGRESSO LASA, 33, 2015, Porto Rico. *Anais [...]* Porto Rico: LASA, 2015.

MORITZ, Maria Lúcia. Lei de cotas 25 anos depois: um panorama das vereadoras nas capitais brasileiras (1996–2020). In MIGUEL, Luis Felipe (org.) *Mulheres e Representação Política: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o mercado de trabalho. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 jul. 1976. Disponível em:



[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579443/mod\\_resource/content/1/11.%20A%20mulher%20negra%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579443/mod_resource/content/1/11.%20A%20mulher%20negra%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf) Acesso em: 21 jun. 2022.

PEREIRA, Wescrey Portes. Raça e eleições: candidaturas negras na competição eleitoral para vereador no Rio de Janeiro. *Conexão Política*, Teresina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019.

RIOS, Flavia Mateus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Cláudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. *Ciência e Cultura*, v. 69, n.1, São Paulo, jan-mar/2017.

RIOS, Flavia. Prefácio. In: CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (org.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

SCHULZ, Rosangela; MORITZ, Maria Lúcia. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n. 39, mai-ago/2015.

SILVEIRA, Flasângela Nágera. Cotas de gênero e o financiamento das mulheres no contexto das novas regras eleitorais: estudo exploratório a partir das eleitas e dos eleitos para a Câmara de Deputados em 2018. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. *Anais [...]* Caxambu: Anpocs, 2019.

SPECK, Bruno Wilhelm; SACCHET, Teresa; SANTOS, Fernando Henrique dos. Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: MENEGUELLO, Rachel et al. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros*. Campinas: Unicamp/Cesop, 2012.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzini et al. (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.



SOUSA, Clerislândia de Albuquerque. Em busca do seu espaço: uma abordagem sobre a luta do movimento feminista negro. In: ENCONTRO DA ABCP, 12., 2020, João Pessoa. *Anais [...]* João Pessoa: ABCP, 2020.

### ANEXO A - VEREADORAS ELEITAS X CAPITAL X 2016 E 2020

Capital	2016		2020	
	Eleitas brancas	Eleitas negras	Eleitas brancas	Eleitas negras
Aracaju (SE)	2	0	1	1
Belém (PA)	0	3	0	6
Belo Horizonte (MG)	2	2	8	4
Boa Vista (RR)	2	1	1	3
Campo Grande (MS)	2	0	1	0
Cuiabá (MT)	0	0	0	2
Curitiba (PR)	8	0	7	1
Florianópolis (SC)	1	0	5	0
Fortaleza (CE)	3	3	2	7
Goiânia (GO)	4	1	2	3
João Pessoa (PB)	2	1	1	0
Macapá (AP)	2	1	2	2
Maceió (AL)	3	1	4	0
Manaus (AM)	1	3	1	3
Natal (RN)	6	2	4	3
Palmas (TO)	0	2	0	4
Porto Alegre (RS)	4	0	7	4
Porto Velho (RO)	1	3	0	1
Recife (PE)	6	0	5	2
Rio Branco (AC)	1	1	1	1



Rio de Janeiro (RJ)	5	2	5	4
Salvador (BA)	4	4	2	7
São Luís (MA)	3	0	3	2
São Paulo (SP)	11	0	8	4
Teresina (PI)	2	1	4	1
Vitória (ES)	0	1	0	2
<b>Total de eleitas</b>	<b>75</b>	<b>32</b>	<b>74</b>	<b>67</b>

Elaboração das autoras, a partir dos dados do TSE.